

# Imposto menor para os atacadistas

DF: Comércio

Da Redação

Os atacadados do Distrito Federal vão pagar menos Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). O decreto que reduz de 2% a 24% as alíquotas foi assinado ontem pelo governador Joaquim Roriz (PMDB), no auditório da Federação do Comércio (Fecomércio). As novas tarifas serão conhecidas até o final da próxima semana, quando a Secretaria de Fazenda publicará a portaria fixando as regras que regulamentam o decreto. Com isso, os empresários instalados em Brasília poderão disputar espaço com grupos de outros estados, que hoje dominam 85% do mercado local. Representantes do setor estimam que para cada 1% de mercado conquistado serão criados 49 empregos.

"Ao longo dos próximos doze meses teremos conquistado mercado suficiente para criar mais de mil novos empregos", comentou o presidente da Associação dos Atacadista do Distrito Federal, Saulo Davi de Melo. Segundo dados da instituição, o segmento emprega hoje cerca de 1.500 trabalhadores.

A maioria dos produtos comercializados no Distrito Federal — alimentos, material de limpeza e de higiene pessoal — são tributados

Paulo de Araújo 15-6-99



Valdivino (E): medida aumenta competitividade das empresas e arrecadação

em 17% de ICMS. Com o decreto, a redução da alíquota para o setor atacadista destes itens será diferenciada e deve variar de 7% a 16%. De acordo com os cálculos de Saulo Melo, isto permitirá a redução de preços das mercadorias. Bebidas, cigarros e peças de automóveis, que pagam ICMS de 25% podem ter a alíquota reduzida para faixas entre 15% e 24%. As mercadorias vendidas pelos atacadistas do Distrito Federal para outros estados, que antes pagavam 12% de ICMS, a tributação foi reduzida em percen-

tuais que variam de 2% a 11%.

O secretário de Fazenda, Valdivino Oliveira, disse que a medida aumenta a competitividade das empresas e deve aumentar a arrecadação, apesar da queda das alíquotas. "Em Anápolis, em uma experiência semelhante, o volume de impostos arrecadados quadripliou em quatro anos", comentou o secretário. "Além do mais, os empresários que participarem deste projeto vão assinar um termo de compromisso de manter o nível de recolhimento na mesma média

dos últimos 12 meses. Não haverá perda de receita." Oliveira explicou que quem não atingir a meta terá de pagar ao governo local um valor a título de compensação pela menor arrecadação.

## ACORDO

A redução de impostos anunciam pelas Secretaria de Fazenda tem objetivos bem claros. Um deles é impedir a fuga das empresas da capital brasileira para outros estados. O outro, é atrair novos empreendimentos, que criem investimentos e mais empregos. A reação do Distrito Federal não foi ignorada por Goiás. Na terça-feira, o governo goiano enviou uma comissão para negociar o armistício.

Vieram os secretários de Fazenda, de Indústria e Comércio e da Agricultura, além de parlamentares e representantes dos empresários. Depois de três horas de reunião com os secretários do governo local — além de Valdivino Oliveira, participaram os secretários de Agricultura, Agnaldo Lélis, e de Desenvolvimento Econômico, Lázaro Marques — foi negociado o acordo de paz. Ficou acertado que o GDF não vai praticar a mesma política fiscal e tributária que Goiás. "Ninguém vai levar mais vantagem que o outro", afirma Oliveira.